

SUMÁRIO

Apresentação	9
Prefácio	13
Introdução	21

Capítulo 1

Proteção Jurídico-Penal e Estado Democrático de Direito, 31

1. Estado de Direito e Estado Democrático de Direito	33
2. Constituição Federal, princípios informadores do Estado Democrático de Direito e dignidade da pessoa humana	39
3. A missão do Direito Penal no Estado Democrático de Direito	46
3.1. Sistema penal brasileiro e o sistema fechado	48
3.2. Argumentação sobre a construção jurídico-dogmática de um sistema aberto	51
3.3. O bem jurídico como limite ao direito de punir do Estado e as funções empíricas do Direito Penal Contemporâneo	56

Capítulo 2

Bens Jurídicos e Direito Penal, 69

1. Conceituação e constituição do Bem Jurídico e do Bem Jurídico-Penal	71
2. Constituição Federal e bens jurídico-penais	79
2.1. Princípios fundamentais e proteção penal	81
2.2. Bem jurídico penal e direção restritiva constitucional	84
3. Bens jurídicos universais e tutela penal	89



3.1. Ação delitiva e titularidade de bens universais frente aos interesses penalmente protegidos	101
3.2. Expectativa social e bens jurídicos universais	107

Capítulo 3

Tipicidade Segundo a Teoria Geral do Delito, 113

1. Tipo e tipicidade definidos	116
1.1. O tipo penal segundo um conceito evolutivo	117
1.1.1. Teoria causal e as fases da independência e do caráter indiciário de antijuridicidade	119
1.1.2. O neokantismo e a fase <i>ratio essendi</i> da antijuridicidade	121
1.1.3. A fase defensiva de Ernst von Beling	122
1.2. O tipo penal e o finalismo	123
1.2.1. A teoria da adequação social	124
1.3. O tipo penal e o pós-finalismo	125
1.3.1. O tipo penal segundo o funcionalismo teleológico	125
1.3.2. O tipo penal e o Direito Penal como ciência social	129
2. Funções e concretização da tipicidade	131
3. Materialização do tipo penal	133
3.1. Conformação técnica objetiva do tipo penal	134

Capítulo 4

Princípios Orientadores da Seleção de Bens Jurídico- Penais Universais e Tipificação Penal, 139

1. Princípio da proteção exclusiva de bens jurídico-penais e tipificação de bens jurídicos universais	142
2. Princípio da Intervenção Penal Mínima e bens jurídicos universais	146



2.1. Justificativa constitucional	150
2.2. A subsidiariedade e a fragmentariedade como princípios	151
2.2.1. O princípio da subsidiariedade	151
2.2.2. O princípio da fragmentariedade	155
3. O princípio da culpabilidade e os bens jurídicos universais	157
4. O princípio da proporcionalidade e os bens jurídicos universais	163
4.1. Princípio da proporcionalidade abstrata ou legislativa e da proporcionalidade concreta ou judicial	165
4.2. Princípio da proporcionalidade qualitativa e da proporcionalidade quantitativa	166
4.3. Princípio da proporcionalidade externa ou por conexão e da proporcionalidade interna	167
5. O princípio da legalidade e os bens jurídicos universais	168

Capítulo 5

Tipicidade e Crimes de Perigo, 173

1. Constituição do perigo	175
2. Delitos de perigo concreto e delitos de perigo abstrato	177
3. Crimes de perigo e segurança jurídica	179
4. Bens jurídicos universais e a tipificação penal de perigo abstrato	182

Capítulo 6

Considerações Críticas e Análises Alternativas Sobre o Direito Penal da Pós-Modernidade e os Bens Supra-Individuais, 187

1. A ampliação de espaços para um Direito Penal da insegurança	188
---	-----

2. Direito Administrativo Sancionador, globalização e delitos de acumulação	192
3. Questões sobre alternativas sistêmicas: “Direito de Intervenção”, “Direito Penal de duas velocidades”, “Direito Penal do inimigo” e “Sistema Penal de emergência”	200
3.1. “Direito de Intervenção”	200
3.2. “Direito Penal de duas velocidades”	204
3.3. “Direito Penal do inimigo” e “Sistema Penal de emergência”	207

Capítulo 7

A Pessoa Jurídica e a Proposta Processual, 213

1. A responsabilização da pessoa jurídica nos crimes universais	214
2. A proposta processual penal	218
2.1. Críticas às propostas processuais penais	219
2.2. Enfrentamento da questão: uma solução processual penal adequada	224
2.2.1. A verdade e a justiça	225
2.2.2. Fundamentos para um processo penal negociado como alternativa para o problema da proteção justa e exata	227
3. Um sistema alternativo de composição material e processual na solução para a problemática da proteção de bens jurídicos universais?	238
3.1. Idéias alternativas	243
Conclusões	251
Bibliografia	258

